**MINUTA DE DELIBERAÇÃO N° 02/2018 CBH-Litorânea, de 05 de dezembro de 2018**

 *Aprova os critérios de outorga para captações e para lançamentos de efluentes e dá outras providências para a Bacia Hidrográfica Litorânea.*

O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA,

Considerando a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a outorga de direito de uso de recursos hídricos como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Considerando a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

Considerando a Lei Estadual nº 12.726, de 29 de novembro de 1999, que institui a outorga de direito de uso de recursos hídricos como instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o artigo 40, inciso I, da Lei Estadual nº 12.726/1999, que atribui competência aos Comitês de Bacia Hidrográfica para promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

Considerando o artigo 12, inciso VII, do Decreto Estadual n° 9.130/2010, que atribui competência aos Comitês de Bacia Hidrográfica para apreciar e aprovar propostas que lhe forem submetidas pelo Instituto das Águas do Paraná quanto a critérios e normas para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.957, de 23 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

Considerando o Decreto Estadual nº 4.996, de 06 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PR – Litoral;

Considerando a Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001, que estabelece os limites e critérios para a outorga de uso dos recursos hídricos;

Considerando a Resolução SEMA nº 039, de 26 de novembro de 2004, que estabelece os limites dos usos insignificantes e as dispensas de outorgas;

Considerando o Manual de Outorgas da SUDERHSA, de novembro de 2006, que normatiza os parâmetros de outorgas no Estado do Paraná;

Considerando a Portaria nº 19 da SUDERHSA, de 22 de maio 2007, que estabelece as normas e procedimentos administrativos para a análise técnica de requerimentos de Outorga Prévia (OP) e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (OD) para empreendimentos de saneamento básico;

Considerando a Deliberação nº 001/2018 da CBH-Litorânea, que aprova os critérios de enquadramento, a proposta de atualização do enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica litorânea, bem como o Programa Para Efetivação do Enquadramento.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar os critérios de outorga para captações e para lançamentos de efluentes e dar outras providências para a Bacia Hidrográfica Litorânea.

Art. 2º. Para efeito desta Deliberação são adotadas as seguintes definições:

I - Vazão de referência: é a vazão utilizada para o cálculo da vazão outorgável;

II - Q95%: corresponde às vazões naturais maiores ou iguais a ela, presentes no rio, durante 95% do tempo;

III - Q50%: corresponde às vazões naturais maiores ou iguais a ela, presentes no rio, durante 50%do tempo;

IV - Vazão ecológica: é a vazão mínima que deverá permanecer no rio para manutenção do ecossistema aquático;

V - Vazão outorgável: é a vazão máxima que pode ser outorgada em uma dada seção do corpo hídrico.

CAPÍTULO I

OUTORGAS DE CAPTAÇÕES SUPERFICIAIS EM RIOS SEM RESERVATÓRIO

Art. 3º Aprovar, para fins de outorga de captações, que as vazões sejam calculadas pelos seguintes parâmetros:

I - a Vazão de Referência para captação será a Q95%;

II - a Vazão Ecológica será 50% da Vazão de Referência;

III - a Vazão Outorgável será limitada a 50% da Vazão de Referência, descontadas as vazões outorgadas;

IV - para Outorgas Sazonais, o Valor de Referência será calculado para dois períodos: período seco entre os meses de abril e setembro, e período chuvoso entre os meses de outubro e março;

V - serão permitidas captações que ultrapassem a outorga emitida para abastecimento público para atendimento de demandas pontuais nos feriados durante o período seco, a fim de não comprometer o abastecimento público, desde que se mantenha a Vazão Ecológica a jusante;

VI – para trechos de rios em áreas urbanas, a vazão de referência será a Q50%.

Art. 4º Quando a soma das derivações e captações consideradas insignificantes atingir 20% da vazão outorgável em um dado manancial, não mais devem ser dispensadas ou permitidas novas derivações ou captações, ficando sujeitas aos procedimentos legais de outorga.

§ 1º Os usos insignificantes para derivações ou captações serão revisados entre os anos de 2022 e 2025, se o Comitê entender que deve ser alterado o limite supracitado de 20% da vazão outorgável;

§ 2º Caso o usuário tenha seu pedido de uso insignificante indeferido, deverá solicitar outorga, conforme procedimentos legais.

Art. 5º As Áreas de Proteção de Mananciais, de captações atuais e futuras, terão seu uso restrito a captações para consumo humano, sendo permitidas outorgas de captação para uso agrícola que não façam uso de qualquer tipo de agroquímico.

Parágrafo único – Ficam proibidos outros tipos de outorgas.

CAPÍTULO II

OUTORGAS DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES

Art. 6º Não serão emitidas outorgas de lançamento de efluentes nas Áreas de Proteção de Mananciais.

Art. 7º Aprovar, para fins de outorga de lançamento de efluentes, que as vazões sejam calculadas pelos seguintes parâmetros:

I - a Vazão de Referência para lançamento será a Q95%, com exceção de corpos d’água que recebam lançamento de efluentes em áreas urbanas que terão como vazão de referência a Q50%;

II - para Outorgas Sazonais, o Valor de Referência será calculado para dois períodos: período seco, entre os meses de abril e setembro; e período chuvoso, entre os meses de outubro e março.

Art. 8º O Comitê terá o prazo até 2020 para realizar os estudos nos rios que sofram influência de maré para definir os critérios de outorgas de lançamentos nestes corpos hídricos:

§ 1º Os estudos e monitoramento de maré serão realizados prioritariamente nos corpos hídricos com outorgas de lançamentos;

§ 2º Deverão ser estabelecidos critérios para outorga de lançamento em água salobra, de acordo com os estudos referidos no caput.

Art. 9º O Comitê terá o prazo até 2020 para realizar os estudos nos canais para definir os critérios de outorgas de lançamentos nestes corpos hídricos:

§ 1º Os estudos e monitoramento dos canais serão realizados prioritariamente nos corpos hídricos com outorgas de lançamentos;

§ 2º Não serão emitidas novas outorgas nos canais antes do estudo previsto no caput deste artigo;

§ 3º Os estudos deverão incluir o cálculo de vazão de diluição necessária para os canais, e as outorgas emitidas deverão ser revistas para atender estes limites, de forma que as outorgas de transporte passarão a ser outorgas de diluição, caso o ambiente permita;

§ 4º As outorgas de lançamentos que não atendam aos critérios do § 3º deverão ser revistas, caso a caso, pelo órgão gestor de recursos hídricos em discussão junto ao Comitê para que o outorgado possa planejar e viabilizar o lançamento em outro corpo hídrico;

§ 5º Os canais que já possuem outorgas terão novas outorgas restritas para lançamentos de efluentes domésticos;

§ 6º Os demais canais não deverão ser outorgados, visto que o objetivo principal dos canais na Bacia Hidrográfica Litorânea é a macrodrenagem.

Art. 10 Os lançamentos de efluentes em corpos d’água com vazão até 1,8 m³/h só serão considerados insignificantes se a vazão para diluição do efluente for igual ou inferior a 50% da vazão Q95%, e mesmo que considerados insignificantes, deverão ser licenciados pelo Instituto Ambiental do Paraná.

§ 1º Os usos insignificantes para lançamento de efluentes serão revisados entre os anos de 2022 e 2025, se o Comitê entender que deve ser alterado o limite supracitado de 50% da Q95%;

§ 2º Caso o usuário tenha seu pedido de uso insignificante indeferido, deverá solicitar outorga, conforme procedimentos legais.

Art. 11 As outorgas para lançamento de efluentes, a partir da data de aprovação desta Deliberação no Comitê da Bacia, deverão ter suas metas progressivas definidas em concordância com as metas de curto e longo prazo estabelecidas no enquadramento do Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 O Comitê deverá instar o Instituto das Águas do Paraná a realizar campanha para adesão dos usuários de recursos hídricos da bacia Litorânea ao cadastramento entre os anos 2019 e 2021, tanto para captação quanto lançamento de efluentes, incluindo os usos insignificantes, e deverá estimular que os usuários mantenham seus cadastros atualizados.

Art. 13 Após aprovação pelo Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea, a presente Deliberação deverá ser submetida ao Instituto das Águas do Paraná para emissão de Portaria, conforme preconizado nos incisos VII e VIII do Artigo 39-A da Lei Estadual nº 12.726/1999.

Art. 14 Revogam-se as disposições contrárias a esta Deliberação.

**Arlineu Ribas Raphael Rolim de Moura**

**Presidente do CBH Litorânea Vice-Presidente do CBH Litorânea**